

REFLEXOS DO REGIME DE TUTORIA NO DESEMPENHO DE ESTAGIÁRIOS EM ATIVIDADES DOCENTES*

CONSEQUENCES OF THE TUTORIAL REGIME IN THE PERFORMANCE OF THE TRAINEES IN TEACHING ACTIVITIES

Andréia Aurélio da Silva¹
Eduardo Adolfo Terrazan²

¹Universidade Federal de Santa Maria/ Centro de Educação/ Núcleo de Educação em Ciências,
a_andreia_s@yahoo.com.br

²Universidade Federal de Santa Maria/ Centro de Educação/ Núcleo de Educação em Ciências,
eduterrabr@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho foi realizado como uma das atividades do projeto DIPIED, que estuda os limites e as possibilidades do desenvolvimento do Estágio Curricular (EC) em regime de tutoria. Especificamente, buscamos identificar e discutir qual contribuição às vivências proporcionadas por este modelo traz em termos de capacitação do estagiário para o desempenho de suas tarefas. Para isso, analisamos documentos produzidos durante o acompanhamento do EC de um dos autores (AAS), realizado em regime de tutoria. Identificamos e comentamos tanto aspectos positivos (construção de saberes relacionados à gestão do tempo destinado a atividades em sala de aula), como aspectos negativos (práticas autoritárias para a condução das aulas) do trabalho desenvolvido.

Palavras-chave: Estágio Curricular, Tutoria, Formação de Professores, Formação Inicial.

Abstract

This paper was developed as an activity of the DIPIED project that studies the limits and possibilities of the Curricular Pre-Professional Training development in tutorial regime. Specifically, we search to identify and argue what contributions the experiences that was proportionate for this model, affect in terms of the trainee qualification for the performance of yours tasks. For this, we analyzed documents that were produced during the accompaniment of Curricular Pre-Professional Training for the authors (AAS), realized in tutorial regime. We have identified and commented many positives aspects (knowledge construction related to the management of the time that was destined to the class room activities), as well negative aspects (authoritarian practices to the class conduction) of the developed work.

Keywords: Curricular Pre-Professional Training, Tutorial Regime, Teacher Education, Pre - Service Teacher Education.

* Apoio parcial CNPq - Projeto de Pesquisa Dilemas e Perspectivas para a Inovação Educacional na Educação Básica e na Formação de Professores (DIPIED) - Edital Universal 02/2006 - Processo 486440/2006-0

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o papel do Estágio Curricular (EC) na formação inicial de professores tem sido tema de inúmeros debates que recentemente se intensificaram devido à publicação das Resoluções CNE/CP 01 e 02 de 2002. Estas resoluções apresentam avanços significativos na formação de professores quando as comparamos com a principal configuração curricular, adotada por várias Instituições de Ensino Superior (IES) nas últimas décadas, de estruturação de cursos de licenciatura o “3+1”.

Nesta configuração, as disciplinas referentes ao campo pedagógico, cuja duração prevista era de um ano, justapunham-se as demais disciplinas que, em geral, pertenciam ao campo conceitual específico.

O professor formado em um curso com tal configuração

“é visto como um técnico, um especialista que aplica com rigor, na sua prática cotidiana, as regras que derivam do conhecimento científico e do conhecimento pedagógico.” (PEREIRA 1999, p.12)

Na formação inicial desse professor a aplicação destes conhecimentos em situações próximas de sala de aula tem seu espaço assegurado, no EC. O estágio nesta perspectiva reduz-se a observar os professores em aula e imitar as práticas, os instrumentos e a técnicas consideradas como eficientes por este professor ou ensinadas durante o curso, sem que haja uma análise crítica, por parte do estagiário, dessas ações no contexto em que se está ensinando. (PIMENTA, 2004, p. 36-37). Nestes cursos o EC, geralmente, é deixado para o último semestre dos cursos de licenciaturas, com carga horária variando de curso para curso, respeitando o período mínimo de um semestre de duração proposto pelo Parecer CFE 292 no ano de 1962.

Entre as principais críticas atribuídas a esta forma de estruturar os cursos de licenciatura estão: a) a separação entre teoria e prática na preparação profissional, b) a prioridade dada à formação teórica em detrimento à formação prática e c) a concepção de estágio como mero espaço de aplicação de conhecimentos teóricos.

Nas diretrizes para formação de professores, publicadas em 2002, é possível identificar alguns avanços, cuja origem parecem ser as críticas atribuídas à configuração “3+1”. No que se refere ao EC entendemos com avanço a

- a) homogeneização e/ou aumento da carga horária dos EC. Segundo a Resolução CNE/CP 02 todos os cursos de licenciatura devem, em sua organização curricular, ter 400 horas destinadas ao EC.
- b) antecipação e a ampliação do contato do futuro professor com seu futuro campo de trabalho. A Resolução CNE/CP 01 estabelece, em seu artigo 13 parágrafo 3, que o EC deve iniciar a partir da segunda metade do curso e não mais no seu último semestre.
- c) formalização da necessidade de interação entre a agência formadora (IES) e a escola campo de estágio (Escola de Educação Básica - EEB). Esta interação deve ser realizada a partir da avaliação compartilhada entre IES e EEB, o que pressupõem um acompanhamento da escola campo de estágio de todas as atividades desenvolvidas pelo estagiário no decorrer de seu estágio.

Embora estes aspectos possam ser considerados um avanço na legislação de formação de professores, existem ainda alguns pontos controversos, sobretudo de ordem operacional, no interior das IES e das EEB, principalmente no sentido de atender à demanda de vagas para o EC e o modo como este acompanhamento conjunto e avaliação deve ser realizado. Este último ponto nos parece o mais problemático, pois tradicionalmente, a responsabilidade de todo o processo de formação de professores recai exclusivamente às IES, sendo costume da escola esperar que orientadores de estágio cumpram o papel de supervisores de estágio, realizando visitas aos estagiários durante as suas aulas, a fim de efetuar as correções necessárias para o bom andamento das aulas. Dessa forma, à escola e ao professor regente da turma de estágio cabe a

função de informar o estagiário as regras básicas da escola e os mecanismos de seu funcionamento (TERRAZZAN, 2003, p.78).

Nesse sentido, o EC tem sido tratado como um momento destinado à verificação do quanto o futuro professor aprendeu sobre os conhecimentos indispensáveis à sua ação docente. O que não é percebido nesta situação é que o EC é apenas uma das etapas da Formação Inicial e, sendo assim, este espaço na escola é justamente para que os estagiários construam saberes que não podem ser formados apenas no interior dos cursos de licenciatura.

Todos estes aspectos da tradição dos EC demandam a elaboração de configurações de EC nos cursos que rompam com tal tradição, criando mecanismos que promovam a interação entre as IES e as EEB Tudo isso sugere a necessidade da existência de

“...um projeto de estágio planejado e avaliado conjuntamente pela escola de formação inicial e as escolas campos de estágio, com objetivos e tarefas claras e que as duas instituições assumam responsabilidades e se auxiliem mutuamente, o que pressupõe relações formais entre instituições de ensino e unidades dos sistemas de ensino...” (PARECER CNE/CP 27 de 2001, item 3.6. alínea c)

Além disso, de acordo com o Parecer CNE/CP 21/2001, o EC deve ser encarado como “um momento de formação profissional do formando seja pelo exercício *in loco*, seja pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, *sob a responsabilidade de um profissional já habilitado*”, no qual o futuro profissional possa ter contato direto com o trabalho docente. (grifo nosso)

Neste sentido, o projeto *Dilemas e Perspectivas para a Inovação Educacional na Educação Básica e na Formação de Professores* (DIPIED), iniciado em 2006, vem estudando os limites e as possibilidades de desenvolvimento do EC em regime de tutoria, mediante a promoção e acompanhamento sistemático de Grupos de Trabalho (GT) envolvendo professores de EEB, estagiários e orientadores de estágio.

Nesta configuração, o professor de EEB é solicitado a desempenhar o papel de “tutor” do estagiário. Isto pressupõem que o professor de EEB desempenhe a função de orientador profissional do estagiário colaborando para construção de saberes pelo estagiário referentes à ação docente durante todo o período de estágio. Entre os objetivos do trabalho de tutoria estão: i) proporcionar ao estagiário sua capacitação para a resolução autônoma de problemas e para a tomada de decisões refletida; ii) auxiliar o estagiário a superar as dificuldades relacionadas com a gestão das práticas escolares, em particular com as escolhas das metodologias de ensino, com as definições curriculares e com a preparação, implementação e avaliação das atividades didáticas; iii) conferir ao professor regente de classe o papel de guia, de alguém que, baseado em sua própria experiência docente, possa amparar o estagiário em sua “primeira experiência profissional”.

Para a realização destes propósitos algumas tarefas foram estabelecidas pela equipe do projeto, a fim de auxiliar os participantes do GT na avaliação do trabalho de tutoria. Entre elas estão:

- a realização de reuniões periódicas entre tutor e estagiário (T-E);
- a realização de reuniões periódicas entre tutor, estagiário e orientador de estágio (GT).
- a elaboração de pareceres individuais sobre o trabalho de tutoria pelos componentes do GT;

Para fins de registro destas reuniões foram utilizadas atas e audiografações, no caso das reuniões entre o GT. Além disso, o acompanhamento das aulas do estagiário foi realizado mediante a elaboração de Diários da Prática Pedagógica, fruto das observações do próprio estagiário.

Neste trabalho buscamos identificar e discutir aspectos relevantes/significativos de um estágio desenvolvido nesta configuração, realizado por um dos autores (AAS), no decorrer do

ano de 2006, em uma EEB na cidade de Santa Maria/RS. Mais especificamente, buscamos discutir qual contribuição às vivências proporcionadas por este modelo de EC trazem em termos de capacitação do estagiário para a realização das tarefas de: 1) planejamentos de aula; 2) avaliação da aprendizagem dos alunos; 3) gestão de classe; e 4) para a tomada de decisão, frente a desafios e dilemas enfrentados no decorrer do estágio.

DESENVOLVIMENTO

Embora a realização do estágio não tenha sido uma etapa do desenvolvimento deste trabalho, entendemos que uma breve descrição deste é necessária.

O estágio foi realizado no decorrer de nove meses, em uma EEB na cidade de Santa Maria/RS, no segundo ano do Ensino Médio, na disciplina de Física. A escolha da professora - tutora ocorreu após conversas individuais com os três professores de Física da escola, somente está professora se mostrou disposta a acompanhar a estagiária nesta configuração de EC. Com relação à composição da turma, em que foi realizado o estágio, havia 34 alunos, sendo que 20 eram repetentes nesta série. A escolha da turma foi realizada pela professora tutora e ocorreu por esta apresentar alunos repetentes. Este fator foi considerado pela professora relevante, por acreditar que em uma turma em que a maioria dos alunos era nova existiria a possibilidade de uma rejeição a estagiários. Quanto ao ano escolar de 2006, consideramos como atípico devido à greve realizada pelos professores durando cerca de 40 dias. O que gerou atrasos e reformulações nos calendários na busca da recuperação dos dias letivos perdidos, principalmente em sábados, o que muitas vezes, resultava em poucos alunos em sala de aula nestes dias.

Com relação ao trabalho de tutoria, optamos por realizar as reuniões entre T-E a cada quinze dias e as reuniões do GT a cada quatro reuniões entre T-E. Devido a problemas no calendário e falta de professores algumas reuniões formais, entre T-E, foram canceladas, porém as discussões entre T-E aconteciam de maneira informal, sem registro escrito destas discussões.

Este fato é relevante, pois, é das reuniões formais que parte das fontes de informações utilizadas neste trabalho são elaboradas. Os documentos aqui utilizados foram inicialmente elaborados como instrumentos de acompanhamento do EC em regime de tutoria. São eles: atas das reuniões entre T-E, GT e pareceres sobre a tutoria elaborados pelo tutor e pelo estagiário; Além destes documentos utilizamos também transcrições de audiogravações de reuniões entre o GT.

Na tabela 01, apresentamos as especificações de nossa amostra e sua localização temporal no decorrer do estágio.

Tabela 01: Distribuição das fontes de informação no decorrer do estágio

	Período do Estágio*			Total
	12.04.06 – 29.06.06	01.07.06 - 29.09.06	02.10.06 – 03.11.06	
Atas de reuniões entre tutor-estagiário	04	03	05	12
Atas de reuniões entre tutor-estagiário-orientador de estágio	01	01	01	03
Transcrições de audiogravação das reuniões entre tutor-estagiário-orientador de estágio	00	01	01	02
Parecer do tutor sobre a tutoria	01	02	01	04
Parecer do estagiário sobre a tutoria	01	02	01	04
Total de documentos analisados				25

*O critério utilizado para separação destes períodos é a aproximação com as datas definidas na escola onde foi realizado o estágio como trimestres do ano letivo.

As informações presentes nestes documentos foram agrupadas nos três períodos em que o estágio foi dividido e após sua transcrição foram agrupadas em quatro blocos, a saber: 1) planejamento das aulas; 2) avaliação dos alunos; 3) gestão de classe e 4) desafios e dilemas enfrentados no decorrer do estágio. Os aspectos considerados relevantes para a classificação das informações nos três primeiros blocos estão apresentados na tabela a seguir:

Tabela 02: Síntese de aspectos considerados para a classificação de informações

Planejamento das aulas	Avaliação dos alunos	Gestão de Classe
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e reelaboração dos planejamentos didáticos; • Tipos de atividades e dinâmicas que devem compor os planejamentos didáticos; • Implementação dos planos de aula (planejado x executado); 	<ul style="list-style-type: none"> • Instrumentos e formas de avaliação; • Frequência das avaliações; • Resultados das avaliações; 	<ul style="list-style-type: none"> • Situações que indiquem a relação entre professor-aluno; • Situações que indiquem a relação entre aluno-aluno; • Situações classificadas como atos de indisciplina;

Para a análise das três primeiras tarefas utilizamos como referenciais teóricos: GAUTHIER et al., 2006; ZABALA, 1998; PERRENOUD, 1999; AQUINO, 1996; SILVA, 2007.

Em relação à última tarefa entendemos por desafios situações que se caracterizam como problemas, onde a resolução não se apresenta automática, promovendo a busca de estratégias para sua solução. Por dilema, utilizamos a definição de Zabalza, 2004:

“...um dilema é todo conjunto de situações bipolares ou multipolares que se oferecem ao professor no desenvolvimento de sua atividade profissional. ...Estas situações que se caracterizam como problemáticas, podem ser pontuais ou gerais, exigem uma opção de ação do professor em um sentido ou em outro.” (p.18-19)

Neste trabalho, serão caracterizadas como dilemas todas as situações que requereram a tomada de decisão do estagiário, entre dois pontos de vistas ou concepções distintas conceitualmente e/ou metodologicamente.

Após esta primeira classificação das informações procuramos mapear relações entre descrições de situações e decisões tomadas ao longo do estágio de modo a identificar avanços e retrocessos, nas soluções elaboradas e avaliadas pelo GT.

EVIDÊNCIAS E CONSTATAÇÕES

Após a análise dos documentos utilizados como fontes de informação podemos contar tanto contribuições positivas quanto negativas. As contribuições desta configuração de EC consideradas positivas estão descritas a seguir, por bloco de informação:

Planejamento das aulas

- Estabelecimento de negociações entre tutora e estagiária sobre seqüências de planejamentos e utilização de livros didáticos – apesar da escolha do livro ter sido realizada pela tutora e os demais professores de física da escola antes da estagiaria assumir a turma. A estagiária optou inicialmente, por utilizar seus planejamentos e alguns materiais didáticos adicionais, o que gerou dificuldades entre a estagiária e a turma, que havia adquirido os livros e desejava que os mesmos fossem utilizados integralmente em sala de aula. Esta situação foi tema das reuniões iniciais entre T-E, sendo necessária uma negociação sobre o uso do livro, em sala de aula. Esta situação contribuiu para a tomada de consciência e conhecimento de como se dá geralmente o planejamento das aulas dos professores, geralmente, este planejamento é baseado na programação do livro adotado, que muitas vezes não é uma escolha pessoal de um professor, mas das entre todos os

professores de uma mesma disciplina da escola. Apesar de considerarmos este fato ser um aspecto ruim do estágio, a imposição do livro possibilitou a estagiária um replanejamento de suas aulas, agora levando em conta as informações que estariam disponíveis aos alunos no livro, procurando propor desafios aos alunos que não seriam antes reconhecidos como tal.

- Adequação das aulas e atividades ao tempo escolar – os planejamentos didáticos são geralmente elaborados com uma previsão de sua realização em um determinado espaço temporal. Nas primeiras semanas de aula a adequação dos planejamentos ao tempo de aula foi caracterizada nas atas como bastante problemática. O que levou T-E, em suas reuniões, a dedicar uma parte do tempo destas reuniões, para discutir previamente os planejamentos de aula da estagiária, a fim de melhor adequá-los ao tempo de aula. Este procedimento, após certo tempo, acaba por ter sua função modificada, devido à adequação do tempo já ser feita pela estagiária sem necessidade de ajuda, e a ênfase passa a ser as aprendizagens que devem ser favorecidas por estes planejamentos e como serão realizadas as avaliações destas aprendizagens.

Avaliação dos alunos

- Tomada de consciência da complexidade de se avaliar continuamente os alunos durante todo o processo de aprendizagem – no início do estágio existia a proposta por parte da estagiária de avaliar todas as atividades desenvolvidas com os alunos indiscriminadamente. Nas discussões realizadas em reuniões entre T-E e GT discutiu-se a necessidade de estabelecer critérios para esta avaliação e da necessidade de informar os alunos destes critérios. Esse processo de avaliação foi utilizado durante a última parte do estágio e possibilitou aos alunos o controle da sua aprendizagem, ao longo da realização das atividades desenvolvidas em sala de aula. Além disso, quando o processo de avaliação tinha um caráter mais formal, na forma de prova, os erros cometidos pelos alunos foram explorados e discutidos, conforme sugestões apresentadas pelos integrantes nas reuniões do GT.

Gestão de Classe

- Estabelecimento de ações destinadas à promoção de uma relação pautada no respeito há opiniões diferentes e divergentes entre os alunos – durante as reuniões tanto entre T-E quanto no GT situações caracterizadas como indisciplina foram discutidas. Entre as ações que visavam soluções para estas situações está a procura e o entendimento das possíveis causas da indisciplina. Entre estas causas, está à forma desrespeitosa com que os alunos se relacionavam. Daí a necessidade do estabelecimento de ações que privilegiassem o trabalho em grupo de maneira cooperativa. E deste modo, o estabelecimento de um respeito mútuo a opiniões e pensamentos diversos e ao tempo que cada um necessita para aprender. Entre as ações realizadas estavam à organização de pequenos debates em sala de aula, aulas com atividades experimentais que exigissem o trabalho em grupo.
- Reconhecimento da existência de fatores externos, as aulas e a escola, de interferência nas relações entre professor-aluno e aluno-aluno – este reconhecimento parece ter sido o mais difícil e o mais desafiador para a estagiária, que reconhece, algumas reuniões, perceber seu despreparo quando se depara em sala de aula com problemas apresentados pelos alunos provenientes de suas vidas pessoais. Somente a partir do aconselhamento da tutora e que algumas situações são de certa forma contornadas. Entre as situações vividas pela estagiária estão: desentendimentos entre alunos, desentendimento da estagiária com uma aluna, que desejava ser expulsa da escola para voltar a morar no interior do

município e ficar sem estudar. A vivência destas situações e o aconselhamento da tutora oportunizaram a estagiária a tomada de consciência de que ensinar é bem mais que apenas ministrar aulas é também conviver e conhecer os alunos de modo a compreender e reconhecer as necessidades de cada um e na medida do possível ajudá-los a vencer as limitações impostas pela vida de cada um.

Desafios e Dilemas

- Cobrança por parte dos alunos de cumprimento de seqüência estabelecida por programas para seleção e ingresso no ensino superior –identificamos como um dilema esta questão por ter sido fonte de alguns conflitos entre os alunos e a estagiária. Inicialmente a estagiária se propôs a discutir situações envolvendo a Física a partir de temas/assuntos mais amplos e atualizados que apresentavam um maior potencial para o desenvolvimento de aprendizagens de conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, por acreditar que o Ensino Médio tem um objetivo maior que apenas preparar para a entrada em uma universidade. No entanto, na região da cidade de Santa Maria, existe uma tradição muito forte, seguida por muitas escolas e por muitos professores, de preparar seus alunos para um determinado programa de seleção ao ensino superior, chamado PEIES. Este é composto de três provas, uma para cada série do Ensino Médio (EM), e cada uma destas provas apresenta uma lista de conteúdos do tipo conceitual exigidos por disciplina do EM. Estas listas, geralmente são utilizadas como guia para estudos pelos alunos e também como instrumento de fiscalização do que será ou não trabalhado em sala de aula pelos professores. O fato de a estagiária propor planos de aula diferentes do estabelecido por este programa ocasionou uma série de conflitos com alunos e com outros professores da escola. Isto fez com que a estagiária decidisse por seguir a seqüência e procurar discutir temas que estivessem explicitamente ligados a listagem. Tanto a estagiária quanto a tutora acabaram no final do estágio cedendo a pressão dos alunos e dos outros professores e assim evitar outros inconvenientes a ambas.
- Falta de reconhecimento dos demais professores da escola, inclusive equipe diretiva, quanto aos direitos e deveres da estagiária serem iguais (quando relacionados à turma de estágio) ao de qualquer professor – Nos documentos analisados são mencionados os deveres e as regras exigidos pela escola para ser cumpridos pela estagiária. Tais como, cobrar normas e regras da escola dos seus alunos (quando muitos professores não as cumpriam) e não faltar ou chegar atrasada nas aulas (mesmo quando havia mudança de horários devido à falta de professores e a escola avisava a estagiária alguns minutos antes de suas aulas). Porém quando certas ações eram solicitadas, como por exemplo, pedido de conversa com um responsável por aluno que apresentasse problemas em seu desempenho escolar, estas solicitações não eram atendidas por serem consideradas função exclusivas dos professores efetivos da escola. Até mesmo com a intervenção da tutora a escola não aceitava a solicitação por entender que a avaliação das situações de sala de aula estava prejudicada pelo fato de não ser a tutora a pessoa que conduzia as aulas na turma.

Com relação às contribuições negativas identificamos um retrocesso na relação entre aluno-professor. Este ocorreu devido a inúmeras tentativas fracassadas no intuito de estabelecer e cumprir normas e regras de convivência, reconhecidas, elaboradas e estabelecidas pela turma em conjunto com a estagiária. Muitas destas normas eram exigências de parte da turma, porém ao final eram esquecidas e as discussões entre os alunos e a estagiária voltavam ao ponto inicial, o que ocasionam um desgaste nesta relação. Ao final, de uma série de reuniões entre T-E, onde se constata que o diálogo com os alunos não funciona em certas situações, tanto a tutora quanto a

estagiária acabam optando pela adoção de algumas práticas autoritárias para a condução das aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências que discutimos, anteriormente demonstram que embora a identificação de aspectos negativos, o desenvolvimento do EC nesta configuração possibilitou a construção e a reconstrução de conhecimentos da estagiária sobre a atividade docente. Isso, em boa parte, é devido às discussões realizadas entre a tutora e a estagiária nas suas reuniões. Que por apresentarem uma regularidade e a necessidade de registros possibilitava que os assuntos tratados em uma reunião passassem por um processo de reconhecimento das situações como problemas ou avanços, busca de soluções para as situações caracterizadas como problemas, avaliação das soluções e se necessário reavaliação das situações. A outra parte, é devido às situações proporcionadas pelo próprio estágio e pela atuação da professora tutora que se dispôs a assistir a estagiária em todas as suas tarefas, muitas vezes, assumindo tarefas além das programadas nesta configuração de EC.

Entre os aspectos relevantes desta configuração, destacamos está possibilidade de troca de idéias entre um profissional (professor da EEB) com uma carga relevante de experiências e conhecimentos fruto desta experiência e um futuro profissional (estagiário). Embora o estagiário ainda não tenha construído uma gama de conhecimentos fruto da experiência de sala de aula, ele possui conhecimentos novos e atualizados sobre a sua profissão, o que certamente gera discussões exigindo pequenas negociações e acertos entre estes, como os descritos nas tarefas de gestão de classe e planejamento das aulas. O que acaba por capacitar tanto o professor da EEB quanto o estagiário para a execução das tarefas docentes.

Entre as tarefas docentes discutidas aqui, nos desafios e dilemas enfrentados no decorrer do estágio, destacamos a falta de reconhecimento dos demais professores da escola, quanto aos direitos e deveres da estagiária. Embora este reconhecimento seja uma decisão da escola e o estagiário estando numa situação de integrante temporário da escola pareça não ter o mesmo status de um professor, entendemos que ao se exigir o cumprimento de deveres e regras pré-estabelecidas minimamente espera-se uma contrapartida a estas exigências o que neste caso, não foi observado. Este desafio poderia estar nos aspectos negativos desta configuração, porém, este tipo de situação, poderia acontecer em qualquer forma de estágio. O especial, neste caso, é que a estagiária contou com o apoio da professora tutora que por conhecer a escola sabia a hora de agir e a hora de jogar a toalha. Esta situação foi classificada por nós como positiva e como uma contribuição para a capacitação do estagiário, por nos mostrar a natureza do trabalho docente na escola, o trabalho na coletividade de indivíduos, de idéias e concepções, sejam elas teóricas, metodológicas, sociais ou políticas. Estas idéias estão em acordo com PIMENTA, 2004, que diz ser função do estágio preparar para um trabalho docente coletivo

“... uma vez que o ensino não é um assunto individual do professor, pois a tarefa escolar é resultante das ações coletivas dos professores e das práticas institucionais, situadas em contextos sociais, históricos e culturais.”(p.56)

O desenvolvimento do EC nesta configuração, apesar de contribuir, a partir das vivências por ele proporcionadas, para a capacitação do estagiário na realização das tarefas docentes (planejamentos de aula; avaliação da aprendizagem dos alunos; gestão de classe; e tomada de decisão, frente a desafios e dilemas enfrentados no decorrer do estágio.), pode apresentar uma limitação. Esta estaria relacionada a preparação, para este trabalho, tanto do estagiário quanto do tutor. Ambos devem estar dispostos a discutir e refletir sobre as questões que permeiam o estágio, respeitando sempre as opiniões um do outro e procurando negociar sobre idéias que se apresentem controversas. Esta condição, em nosso entendimento, foi indispensável para que a

capacitação do estagiário, neste caso, ocorresse. Pois, em muitas atas de reuniões entre T-E, observamos que tanto a estagiária quanto a tutora questionavam-se sobre a capacidade de cada uma em resolver as situações que se apresentaram como problemas durante o desenvolvimento do estágio, porém sempre estiveram dispostas a discutir as alternativas de cada uma para resolvê-las.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Federal de Educação. Parecer 292, de 14 de novembro de 1962. Documenta, n. 10, dezembro de 1962, p. 95-100, 1962.
- BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. ***Parecer CNE/CP 27 de 02 de Outubro de 2001 - Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior.*** Relatora: Carlos Roberto Jamil Cury, Éfrem de Aguiar Maranhão, Raquel Figueiredo A. Teixeira e Silke Weber. Brasília/DF/BRA: Diário Oficial da União, 18 Jan. 2002, Seção 1, p.31. 2001a. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>>. Acesso em: 02 Mai. 2007.
- _____. ***Parecer CNE/CP 09, 08 de Maio de 2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.*** Relatora: Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira. Brasília/DF/BRA: Diário Oficial da União, 18 Jan. 2002, Seção 1, p.31. 2001b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acesso em: 18 Fev. 2007.
- _____. ***Parecer CNE/CP 21, 06 de Agosto de 2001 - Duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.*** Relator: Carlos Jamil Cury. Brasília/DF/BRA. 2001c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/021.pdf>>. Acesso em: 18 Fev. 2007.
- _____. ***Resolução CNE/CP 1, de 18 de Fevereiro de 2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.*** Brasília/DF/BRA: Diário Oficial da União, 04 Mar. 2002, Seção 1, p.8. 2002a. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf>. Acesso em 02 Mai. 2007.
- _____. ***Resolução CNE/CP 2, de 19 de Fevereiro de 2002 - Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.*** Brasília/DF/BRA: Diário Oficial da União, 04 Mar. 2002, Seção 1, p.9. 2002b. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>>. Acesso em 02 Mai. 2007.
- PEREIRA, Júlio Emilio Diniz. ‘As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente’. In: ***Educação & Sociedade***. Revista Quadrimestral de Ciência da Educação. Campinas/BRA: CEDES.ano 20, n.68.1999, p.109-125. ISSN: 0101-7330.
- TERRAZAN, E. A., SCHMIDT, I. P. E AZEVEDO, M. A. R. Concepções e práticas presentes em escolas de Ensino médio sobre aspectos envolvidos na formação de professores In: SELLES, S. E., FERREIRA, M. S. e VILELA, M. L. (Orgs.). ***Prática de Ensino: memórias em tempos de mudanças***. Coletânea da VI Escola de Verão para professores de prática de Ensino de Biologia, Física, Química e Áreas Afins. Período de 3 a 6 de Novembro de 2003, Niterói/RJ/BRA: UFF. 12 p. (CD-Rom, 85-88578-03-4, arq<[CO/PQ_23.pdf](#)>), 2003.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena: Estágio e Docência. São Paulo/BRA: Demócrito Rocha. 2004. (Coleção “Docência em formação”, Série Saberes Pedagógicos). ISBN: 85-249-1070-4.
- ZABALZA, Miguel A. ***Diários de Aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional***. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre/BRA: Artmed. 2004. ISBN: 85-363-0365-4.

GAUTHIER, Clemont; MARTINEAU, Stéphane; DESBIENS, Jean-François; MALO, Annie; SIMARD, Denis. *Por uma teoria da Pedagogia: Pesquisas contemporâneas sobre saber docente*. Tradução de Francisco Pereira de Lima. 2ed. Ijuí/RS/BRA: Unijuí. 2006. (Coleção“Fronteiras da Educação”). ISBN: 85-7429-003-3.

ZABALA, Antoni. *A Prática Educativa: Como Ensinar*. Tradução de Ernani F. da Rosa. Porto Alegre/BRA: Artmed.1998. ISBN: 85-7307-426-4.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre/BRA: Artmed.1999. ISBN: 85-7307-544-9.

AQUINO, Julio Groppa(org.). *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo/BRA: Summus Editorial.1996. ISBN: 85-323-0583-0.

SILVA, Andréia A.; TERRAZZAN, Eduardo A.. ‘Reflexões sobre uma experiência de Estágio Curricular realizado em Regime de Tutoria e de Trabalho Colaborativo’. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE FÍSICA, 17., 29 de Jan. a 02 de Fev. de 2007, São Luís, MA, Brasil. OLIVEIRA, Antonio José Silva (org.). ‘O ensino de física e sustentabilidade’. *Livro de Resumos....* 10p. 2007. Disponível em: <http://www.sbf1.sbfisica.org.br/eventos/snef/xvii/programa/XVIISNEF_resumos.pdf>. Acesso em: 30 Abr. 2007.